



Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC

Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 22-35

www.emtese.ufsc.br

**Modernidade e Tradição: política, promessa e voto no
Movimento Sem Terra.**

Letícia de Faria

Abstract:

This article discusses the political notion the vote construction among the members who belong to MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Landless Rural Worker's Movement). We work with the idea that the Brazilian political culture shows continuities which are specially revealed in the arrangements before the vote. Thus, in the political lived at the settlement places the modern and traditional meet, motivate the vote and make sense to the political choice.

Key-words: Landless Movement – MST; politics; tradition; promise; favor; vote.

Este artigo é parte do trabalho de pesquisa realizado no mestrado em Sociologia Política/UFSC. A discussão proposta no texto baseia-se no trabalho de campo realizado no assentamento rural 18 de Maio¹. Nesse estudo, procurou-se realizar uma análise da construção do voto e da noção de política entre assentados integrantes do Movimento Sem Terra- MST.

¹ Localizado na cidade de Herval, região sul do Estado do Rio Grande do Sul, o assentamento 18 de Maio data do ano de 1995. Atualmente com 76 famílias, é o maior e mais antigo assentamento, entre outros dez, estabelecidos no município, que fazem parte do programa de reforma agrária dos governos federal e estadual.

Levando-se em conta a situação peculiar em que se encontram esses sujeitos – como partícipes de um movimento social organizado e também inseridos na cultura política tradicional, – procura-se colocar em debate a seguinte hipótese: se, o MST como um movimento social que congrega elementos dos novos movimentos sociais, entre eles o ideal de construir uma politização moderna e cidadã, realmente constrói entre os assentados um novo modo de pensar e vivenciar a política, principalmente para aqueles que formam a grande massa de pobres do meio rural, chamados de bases do Movimento (Scherer-Warren, 1987, p. 1996); ou se, são as velhas e conhecidas práticas do favor e subordinação que se reorganizam, dando o sentido para as escolhas políticas dos assentados, reproduzindo essas relações tradicionais da política tanto no interior do MST, como dos assentados com políticos de fora do assentamento.

Dentro de uma perspectiva de análise da antropologia da política, o trabalho apresenta uma concepção da política, que admite variações de acordo com contextos sociais e culturais (Palmeira, 1996). A partir do conjunto das respostas e das observações de campo, a *promessa política* aparece como uma chave explicativa não só da noção de política como da construção do voto. É um dado que emerge do campo pesquisado e revelou-se essencial para a compreensão do pensamento e da vivência da política no assentamento.

A *promessa política* é o que se pode chamar de um invólucro que recobre diversas relações pessoais vividas no âmbito da política, como o favor, a troca, e que não são abertamente falados e aludidos. Ou seja, na maior parte das vezes, fala-se em *promessas*, seja dos políticos ou de eleitores (no caso destes, o ato de votar), mas não se fala de compra e venda de votos; de trocas e favores. A análise das falas dos assentados revela que as *promessas* abarcam esses mecanismos não ditos, e que constituem o mundo da política vivido no cotidiano, especialmente no *tempo da política*.²

O texto que resulta é uma tentativa de realizar o encontro entre o aprendizado pela teoria e os dados detectados em um determinado contexto etnográfico. Referindo-se a importância do vínculo entre teoria e pesquisa, Mariza Peirano considera elucidativo o depoimento de Evans-Pritchard, onde este mostra que seu interesse por determinada questão insurgiu na pesquisa: “*Eu não tinha interesse por bruxaria quando fui para terra Zande, mas os Azande tinham; de forma que tive de me deixar guiar por eles*” (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 300 apud PEIRANO, 1995, p. 43).

² Tempo da política é uma definição de Palmeira, usada em trabalhos de antropologia da política significando o tempo em que se dá a campanha política, os arranjos, os comícios, enfim, o tempo que antecede as eleições e insere a política no cotidiano. Palmeira (1996).

A situação social do assentamento:

A proposta de buscar compreender as motivações dos assentados em suas escolhas políticas deve – visto o assentamento como um espaço social marcado pelo conflito, como um campo de lutas em torno da distribuição desigual de diferentes tipos de capital: econômico, político, simbólico, etc (ZIMMERMANN,1994) – levar em conta, por conseguinte, o clientelismo, o favor e as trocas como componentes arraigados na cultura política brasileira. Se, “(...)os mecanismos tradicionais de favor político sempre foram considerados legítimos na sociedade brasileira”, (MARTINS,1994, p.35), cabe então, colocá-los de encontro a uma proposta diferenciada (ao menos em tese) de formação política, alicerçada em outra perspectiva de representação e mediação como a do MST (TORRENS,1994).

Dentro de um universo pautado pelas necessidades cotidianas, os depoimentos coletados revelam uma situação singular vivida pelos assentados que, propicia arranjos políticos tradicionais, com a diferença de terem o MST fazendo parte do universo das disputas políticas. A desesperança na ação política como um meio de solução dos problemas sociais e, no caso, também das questões de âmbito privado, passam pelo crivo da *promessa*.

A maior parte dos assentados não acredita na política ao colocá-la na balança. Considera os políticos corruptos e ineficazes, que não cumprem as *promessas* e só pensam em benefício próprio. Porém, no contrabalanço está a possibilidade, renovada a cada eleição, de que as *promessas* anunciadas principalmente no período eleitoral – no *tempo da política* – poderão ser realizadas. A proximidade das eleições traz alterações no cotidiano de quase todos, renovando expectativas e esperanças, pois, caso não acontecessem, não se encontraria tantos entusiasmos, adesões e lutas simbólicas no *tempo da política*.

É no interior desse drama que a política é vivida no assentamento, muitas vezes retirada de seu caráter público pelos compromissos de ajuda pessoal, ela é revestida e acionada nos ânimos da *promessa*, da troca de compromissos atualizados em cada eleição. Como revela seu Bento, assentado no 18 de Maio, avalia-se o candidato pela capacidade que aparenta ter de cumprir o que diz, sua capacidade de dar “*Um pouco de certeza no que promete. A certeza de cumprir o que promete, a capacidade dele.(...)Para mim, me chama a atenção na política o critério dos candidato, a confiança que a gente pode ter dele, de ele manter a responsabilidade dele, de nos ajudá.*”

Pessimista com a política, seu Bento acha que não vale mais a pena votar, sentiu sua confiança traída pelo candidato em quem votou e que não cumpriu em nada daquilo que prometeu. Acha que é fundamental o candidato ser alguém conhecido por que é “*por aí que se faz a política, não sou partidário, sou muito de votar na pessoa*”.

No caso, pode-se tomar a promessa no sentido dado por Bourdieu(2003,p.186) quando diz que, na política a verdade da promessa ou o prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade. A palavra empenhada pelo candidato só encontra seu sustento e êxito na medida que esse mesmo candidato seja reconhecido como alguém legitimamente autorizado pelo grupo para falar em seu nome ou capacitado de um poder que lhe permite cumprir com os compromissos firmados. Assim que, a promessa pode ser vista a partir de um caráter performativo, quando seu anúncio, o ato de proferi-la, implica uma ação subsequente, criando um fato político que conjetura uma relação de credibilidade (AUSTIN,1990).

Para além de uma situação social que dificulta outra noção da política que não a pautada na espera, no pedido e na *promessa*, está a trajetória política de cada assentado. Desconsiderar trajetórias seria traçar a noção de política sob um determinismo econômico que, mesmo pelo avesso, cairia no que Martins (2004) chama de pressuposição equivocada, ou seja, de que “*basta oferecer oportunidades, sobretudo econômicas, principalmente terra, que elas por si proveriam todas as readaptações necessárias*”. Seria, de certo modo, esquecer de que as pessoas hoje assentadas passaram não só pela experiência social do desenraizamento, por um longo e penoso processo de dessocialização e de privações materiais, mas também privações sociais e culturais (MARTINS, 2004, p.50).

Não levar em conta o percurso das populações assentadas é também desconsiderar as possibilidades de histórias que se fizeram diferentes, com construção de laços de solidariedade e vínculos de fidelidades e reciprocidades diversas. Os assentados em sua constituição familiar e cultural, de origens, jornadas, perdas e ganhos são (e por que não seriam?) diferentes. Se o passado não é determinante, certamente também não desapareceu do campo das referências simbólicas que, em certa medida, dão sentido às escolhas políticas.

Portanto, de forma alguma se pode determinar que o comportamento político dos assentados tenha uma explicação única e restrita, pelo contrário, são múltiplas as variáveis presentes nas intenções de voto por eles anunciadas. O que, através da pesquisa, se pretende alcançar são, no máximo, aproximações dessas intenções, buscando-as através de suas trajetórias, falas e pensamentos expressados num certo momento de suas vidas.

Nota-se que a relação entre *promessa* e política modifica-se conforme a situação social do assentado. É nos casos de maior abandono institucional, cujas possibilidades de liberdade são exíguas, que a promessa atinge seu mais alto grau de penetração, pois é através dela que os assentados buscam fazer seu cotidiano funcionar. Para essas famílias acaba sendo a *promessa* anunciada no período eleitoral, mesmo que delimitada temporalmente, a possível saída para os problemas imediatos, e mesmo para aqueles prolongados nos anos de intervalo

entre uma eleição e outra. Soluções pela promessa em vez da ação pública. A política aparece como alguma coisa que não mudará quase nada no transcorrer dos anos, como coloca um assentado um tanto desiludido: “*é isso mesmo, todo ano a gente vota neles, eles promete, promete e depois esquece de nós.*”

Normalmente a noção de política no assentamento aparece associada à idéia de corrupção e abandono de qualquer preocupação pública e não pessoal por parte do político. Ou seja, na opinião de grande maioria dos assentados, os políticos estão bem mais preocupados com seus interesses privados do que com questões relacionadas ao bem do povo, a todos, ao público. Nesse campo do descrédito na ação da política para a solução dos problemas sociais, e sem que a situação econômica e social tenha se modificado substancialmente, a lógica do favor e do pedido impera como saída mais imediata no assentamento para as questões que dependem do poder público.

Portanto, se a eleição encobre momentaneamente a assimetria, característica da relação eleitor-candidato, é o pedido que a articula e efetiva: o pedido “*colocado como fazendo parte de um sistema de relações de reciprocidades, isto é, um sistema no qual a relação supõe um intercâmbio de favores e objetos entre as partes envolvidas*”. (HEREDIA, 2002, p.35)

Poder-se-ia, então, dizer que o central na definição de uma noção de política para os assentados é a *promessa*, uma vez que esta se articula no interior de um campo de possibilidades no qual as relações pessoalizadas, o abandono e a ausência de preocupação pública por parte de candidatos efetivam um mundo simbólico que permite a todos buscar a solução para os problemas cotidianos.

Nesse sentido, a *promessa* anunciada na comunidade acaba sendo a promissória, espécie de garantia de que o candidato, caso eleito, e no uso do poder que tem dentro das instituições públicas, remeterá suas atenções para cumprir o que prometeu ao longo da campanha. *Promessas* destinadas ao coletivo e também ao particular em troca do comprometimento do voto. Portanto, se a política é pensada como *promessa* é porque os arranjos para resolver questões do âmbito público, e do particular, no assentamento estão a mercê da palavra dada, prometida pelos candidatos. São os arranjos vividos no espaço das relações pessoalizadas que ocupam a política, lhe dão formato e existência (DAMATTA,1997).

Historicamente no Brasil, a formação do Estado distancia-se da idéia clássica de Estado moderno, constituindo-se mais como um Estado patrimonial e não igualitário, onde a categoria povo formou-se dividida pela desigualdade de direitos, e uma parcela da população sequer era considerada povo: os escravos, que viviam absolutamente sem direitos. E, privados de votar e de qualquer expressão política, esta era a condição de boa parte da população(MARTINS, 1994, p.27). A eleição era categorizada conforme o patrimônio de cada um, sendo as eleições municipais as mais acessíveis e que, portanto, abarcavam o

maior número de eleitores, tornando-se assim o lugar privilegiado da ação política aos que participavam em outras instâncias do poder. “*Os não tão ricos votavam nas eleições municipais e provinciais, mas não nas nacionais. E os senhores de posses modestas votavam apenas nas eleições municipais*” (MARTINS,1994, p.27).

Os excluídos do voto – as mulheres, os escravos e os muito pobres – ficavam sob a tutela dos senhores rurais, como clientes e protegidos. As eleições figuravam como uma espécie de delegação de direitos, “*todo sistema, estava por isso, baseado em mecanismos de intermediação política de fundamento patrimonial*” (MARTINS,1994, p.28).

Para Martins, ao contrário do que sugerem algumas interpretações – que com a modernização do sistema eleitoral, os mecanismos de aliciamento eleitoral baseados no clientelismo tenham se tornado obsoletos – a prática clientelística se revigorou em algumas regiões do país. O que se transformou foi sua forma, agora incorporada por uma nova geração de políticos que se apresentam sob uma fachada moderna. Ela faz parte do modo como se dá à relação entre o Estado e a sociedade brasileira,

“(...) o clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. (...) uma relação entre os poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre ricos e pobres” (MARTINS,1994,p.29).

Nesse sentido, temos uma história onde as categorias que compõem o que se convencionou chamar de política tradicional, categorias como coronelismo, patriarcalismo, mandonismo, clientelismo configuraram-se como chave para o entendimento da sociedade brasileira. Autores como Victor Leal, Raimundo Faoro, Roberto Schwarz, entre outros, buscaram explicar nossa organização social e política reconhecendo a importância dessas categorias.

Vem a ser a possibilidade de um confronto simbólico entre dois campos: a politização pelo movimento social e a presença da tradição política local. Essa última remete, *a priori*, à uma construção conceitual que permitirá melhor visualizá-los. Não no sentido de buscar encontrá-los tal e qual na realização da pesquisa empírica, mas sim, de servirem como instrumento de referência que permita uma flexão mesma nas possibilidades interpretativas dos conceitos, expostos aqui com esses sentidos: de referência e problematização.

A preocupação em entender as opções políticas dos assentados no 18 de Maio — construídas a partir da trajetória política do assentado, que o fez um sujeito singular ao vivenciar o processo de ruptura de um certo modo de vida para uma experiência de socialização homogeneizante, representado por sua inserção no MST — coloca como necessário o desenvolvimento de alguns conceitos,

anunciados na problemática, que são parte constitutiva de referências políticas que operam no mundo do assentado, e possivelmente dão sentido ao seu voto.

Desse modo, a) num primeiro momento, trata-se do conceito de novo movimento social e o difícil situar-se do MST nesse conceito; b) no segundo momento, um apanhado dos elementos que compõem o que chamamos de política tradicional, fenômenos comuns na cultura política brasileira. Fenômenos levados em conta aqui como parte constitutiva da formação política do assentado, dentro daquilo que Bourdieu denominou como *habitus* – “sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim” (BOURDIEU,1983,p.94) .

a) Novos Movimentos Sociais

Seguindo a rigor o conceito de *novos movimentos sociais* presente em alguns autores, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra não se configuraria como *novo*, pois revela elementos que são marcadamente constitutivos dos chamados antigos ou tradicionais movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que comporta características dos novos movimentos sociais, que segundo Scherer-Warren se caracterizam por romper com esquemas populistas do passado, buscam criar novas formas comunitárias de participação direta das bases, diminuindo a distância entre direção e base do movimento, defendem autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos, preocupam-se com a cidadania como uma questão de direito (SCHERER-WARREN,1987, p.42) .

Essa discussão coloca de início a necessidade de flexionar o conceito, não o tomando de uma forma rígida e circunscrita. Procura-se trabalhar com a experiência política que o MST constrói em seu cotidiano, atentando para as particularidades de sua formação, que lhe permite dar vazão à presença de elementos modernos e tradicionais.³

A assimilação de teorias estrangeiras sobre os movimentos sociais, sem a devida consideração de que as abordagens carregam diferenças substanciais de problemáticas, pode dificultar a análise, quando se procura ver esses momentos de continuidade e ruptura com o passado presente nos movimentos sociais brasileiros. A exemplo dos paradigmas dos movimentos sociais europeus em autores como Touraine(1984) e Melucci(1982), estes estão voltados para problemas fundados em outras instâncias de reivindicações, situando-se mais próximos da defesa da cidadania, de diretos, do respeito às diferenças étnicas, de gênero, etc, do que dos problemas colocados para os movimentos sociais de

³ Sobre essa hibridação – tradição e modernidade no MST – ver , entre outros, Brenneisen(2002); Paulo(1998).

países de terceiro mundo, que estão condicionados a lutas por questões mais estruturais, como fome, moradia e terra.

Não significa que teorias de autores estrangeiros não possam fazer parte da construção de quadros analíticos, possibilitando paralelos interpretativos, mas requerem o cuidado de quando adotadas, não acabem construindo análises enviesadas, rígidas, ou puramente abstratas, capazes de perceber muitas vezes apenas o que está na superfície. No caso do MST, as pesquisas que tomam, aprisionadas nas categorias teóricas, o discurso de suas lideranças e mediadores como exemplificação do todo do movimento, acabam por dar ao MST uma consciência sobre determinados temas e práticas que muitas vezes só existe mesmo no nível do discurso.

Para Vera Lúcia B. Ferrante, não se pode “pensar os movimentos sociais como se os seus sujeitos já tivessem uma ação-resposta homogênea compartilhada por todo o conjunto do segmento” (FERRANTE, 1994, p.131). Importa investigar o assentamento e seus processos políticos não a partir de atributos de uma lógica pré-fixada modelarmente, mas sim através das saídas a campo, colocando “em ação nossas teorias” (BOURDIEU, 1983).

No caso da pesquisa em assentamentos, talvez seja o caso de se levar em conta os aspectos particular e cultural manifestos nos movimentos sociais, que são frutos de lutas sociais históricas, como é o caso da luta pela terra no Brasil. Remonta a problemas de distribuição e legalização de posses de terras desde o período colonial e atravessa a história do país desenhando variadas formas de conflitos. As agitações no campo se arrastam até os dias de hoje sem que seja encontrada uma saída política definitiva no processo de reforma agrária.

De Canudos às Ligas Camponesas e ao MST, ocorreram manifestações populares que forjaram um cenário particular da luta pela terra, tendo no problema agrário um constante pano de fundo e os atores, cada qual em seu tempo, construindo suas próprias formas de figurar na cena social, carregando em certa medida aspectos das lutas que os antecederam. Essa não resolução da questão agrária, a longa data em que ocorrem os levantes das populações pobres do meio rural, hoje uma grande parte expressa no MST, conota ao Movimento particularidades em sua formação que o tornam um complexo objeto de pesquisa.

O MST tem seu cerne entrecruzado por elementos que herda da história das lutas pela terra, e por elementos que constrói a partir do momento em que emerge no país, fruto do processo de redemocratização, de lutas pela ampliação democrática de participação na esfera pública. Enfim, entrecruzado por elementos que, como forma explicativa, podemos designá-los como, em parte, residuais da política tradicional, bem como, em parte, resultado da preocupação de lideranças e mediadores em criar modernos valores da política na ideologia e no discurso do MST.

O período posterior a 64, para Scherer-Warren, pode, de forma geral, representar o momento que separa o que se denomina movimentos sociais tradicionais do surgimento de novas formas de organização. A separação entre o “tradicional e o novo” movimento social é uma construção para fins heurísticos, pois, concretamente, os movimentos apresentam graus diversos de continuidade e descontinuidade em relação à cultura política tradicional (SCHERER-WARREN,1987,p. 41).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra surge no fim dos anos 70, oriundo dos conflitos agrários no sul do país. Emerge no cenário das lutas políticas presentes no último período da ditadura militar, apoiado principalmente na Teologia da Libertação e Comissão Pastoral da Terra - CPT. Desde sua origem congrega os mais variados elementos em sua constituição, dos *novos movimentos sociais* contém várias características, por que estes

“ (...) valorizam a participação ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível, e opõem-se, pelo menos no nível ideológico, ao autoritarismo, à centralização do poder e ao uso da violência física.(...) o que há de inovador é a luta pela ampliação da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações das relações sociais cotidianas” (SCHERER-WARREN,1996.p.65-68).

A orientação política do MST, tem inicialmente na CPT seu principal mediador, porém, a partir da segunda metade da década de oitenta, começa a se forjar um discurso próprio no interior do movimento, baseado na concepção marxista-leninista. A preocupação centra-se na formação de lideranças e quadros oriundos do Movimento. O discurso político-religioso da CPT não proporcionava condições suficientes para enfrentar as novas condições políticas do momento e também não permitia um leque maior de alianças políticas, então necessárias ao MST, como as alianças com os sindicatos e com os partidos políticos (STRAPAZZON,1997,p.90).

Nesse outro momento do discurso político, o MST incentiva a participação de seus membros nas candidaturas para disputas eleitorais, distanciando-se de uma visão basista e preocupando-se mais com a questão da representação. A perspectiva de representação aproxima o MST do Partido dos Trabalhadores - PT. Isso não significa que o Movimento esteja em relação à política, estritamente vinculado ao PT, mas sim que, por certa afinidade ideológica, lança candidatos e envolve-se nas campanhas eleitorais por esse partido (STRAPAZZON,1997).

Essa postura do MST revela uma ambigüidade em seu interior, entre partido e movimento social, que segundo Vendramini é “resultante do fato de assumir, sem reconhecimento explícito, o comportamento de um partido político, cujo objetivo é a transformação da sociedade, não deixando porém de ser um movimento social,ou seja, uma atividade de massas” (VENDRAMINI apud PAULO,1998, p.146).

b) Política tradicional

Na construção teórica dos fenômenos inerentes à política tradicional: clientelismo, mandonismo e patriarcalismo, procuro estruturá-los conceitualmente, para que dessa forma suas significações não tomem uma amplitude que os torne imprecisos. São termos comuns à linguagem política, portanto, com intenção de esclarecer ao que se faz referência quando se utiliza essa terminologia dentro do quadro teórico do trabalho.

Começando por fazer uma distinção entre o que seja coronelismo, clientelismo e mandonismos, pois fundir os termos no mesmo significado implica estar empregando os conceitos erroneamente e ocultando suas diferenças. A seguir, procuro conceituar clientelismo e clientelismo político.

Conforme Vitor Nunes Leal, o coronelismo é um fenômeno datado historicamente – surgiu no momento em que a decadência econômica dos fazendeiros passava a exigir a presença do Estado. É fruto da confluência de um fato político com uma conjuntura econômica, é o federalismo implantado pela Primeira República que criou um novo ator político: o governador de Estado.

“(...)o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações do poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.” (LEAL, 1949, p.20).”

Para José Murilo de Carvalho, o coronelismo não existiu fora desse período da Primeira República que durou de 1889 até 1930, “ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos.” Procurar o renascimento do coronelismo em outras situações como posteriormente fez Leal, a respeito da tentativa dos militares de contato direto entre governo federal e municípios é uma incoerência segundo José Murilo (CARVALHO, 1997, p.231).

A noção de mandonismo distingue-se da de coronelismo, pois este último é um sistema político nacional, histórico, baseado na barganha entre governo e coronéis. Enquanto o mandonismo aproxima-se do conceito de caciquismo na literatura hispano-americana, uma característica da política tradicional que,

“(...)refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potencial, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do

controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania.” (CARVALHO,1997, p.232).

O clientelismo, da mesma forma que o mandonismo, caracteriza-se por ser um fenômeno que perpassa a história política do país. Contudo, não significa que possam ser interpretados como sinônimos, pois é observando o percurso de cada um que, segundo Carvalho, podemos distingui-los com melhor precisão, “o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo.”

Coloca ainda que,

“(…) os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o poder executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumentou como decréscimo do mandonismo. A medida que os chefes locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística” (CARVALHO,1997, p. 230).

Seriam estas, portanto, algumas das principais diferenças entre os conceitos que compõem a política tradicional. O conceito de clientelismo é sem dúvida pertinente, e merece ser revisto quando se procura entender as motivações do eleitor em como votar. Essa preocupação em definir o conceito não significa que será tomado previamente como modelo único de clientelismo, possível de ser encontrado nas relações políticas estabelecidas pelos assentados, ou mesmo, que o conceito de clientelismo poderá abarcar a variedade de manifestações presentes no jogo político .

Goldman e Silva apontam para um equívoco comum em estudos sobre os processos eleitorais, quando, feita a pesquisa, feito o trabalho de campo, e como forma de dar um fechamento, o pesquisador, acaba por restringir a realidade observada ao enquadrar tudo em termos gerais que põem fim a uma complexa rede de fatores que traspassam a um único significado, ou seja,

“(...) investiga-se cuidadosamente uma situação empírica em geral extremamente diversificada, mapeiam-se as diferenças e conflitos que a atravessaram de ponta a ponta, para, ao final, encontrar alguma categoria abrangente – ‘personalismo’, ‘honra,’ ‘reciprocidade’ etc.” Ainda conforme os autores, remeter categorias como ‘trabalho’, ‘honestidade,’ ‘fidelidade,’ ‘relações pessoais’... a um desses ismos que supostamente abrem todas as portas: ‘personalismo’, ‘individualismo’, ‘tradicionalismo’ etc. (GOLDMAN e SILVA, 1998, p.45).

Pensando no assentamento, as eleições são o momento privilegiado da política e também das ações políticas, onde as promessas de realização dos candidatos e a de voto do eleitor são explicitadas. São as relações de troca, as promessas recíprocas e as dívidas de favor e ajuda que têm seu desfecho na hora de votar.

Continuidades na mudança

Retomando a hipótese de trabalho, se os movimentos sociais, no caso o MST, conseguem romper com essa lógica do clientelismo, criando em seu interior práticas políticas próximas das propostas dos novos movimentos sociais surgidos nos anos 80. Ou, se essas práticas se reproduzem em seu meio, mesmo sobre outra configuração.

Pelos dados da pesquisa de campo, podem-se perceber continuidades das práticas e valores ordenadas no âmbito das relações pessoais. São elas que dão sentido ao voto, mesmo quando os candidatos do PT, oriundos dos assentamentos, causam uma mudança de lado no voto dos assentados. Melhor explicando, se grande parte dos assentados afirma que em sua trajetória de escolhas políticas votou em candidatos ligados aos partidos de direita e hoje vota no PT, isso sem dúvida provocou uma mudança de lado. Agora, é bastante discutível se as motivações desse voto aliado ao MST sugerem uma nova modalidade de escolha política, mais politizada, independente e moderna ou baseia-se na prevalência das relações de amizade e proximidade que se estabelecem entre candidatos e assentados no *tempo da política* (PALMEIRA, 1996).

Considerando que, os assentados votam com o PT porque é principalmente por esse partido que se efetivam as candidaturas ligadas ao MST, com quem se sentem em dívida por lhes ter conseguido a terra, e também por serem os candidatos do MST aqueles que estão mais próximos, dentro do novo circuito de relações pessoais que dá respaldo e legitima promessas e trocas, se procurou discutir se a mudança de partidos, a troca de lado nas escolhas eleitorais permite que se pense na ocorrência de uma real mudança na lógica de pensar e vivenciar a política dos assentados.

BIBLIOGRAFIA:

- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer – palavras e ação*. Porto Alegre:Artes Médicas, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques. Librairie Arthème Fayard, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero,1983.
- _____. *O Poder Simbólico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 .
- DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua espaço,cidadania,mulher e morte no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro:Rocco, 1997.
- FERRANTE,Vera L.B. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas. In.MEDEIROS, Leonilde et. al. (orgs). *Assentamentos rurais uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP,1994.
- GOLDMAN, Marcio e SILVA, Ana Cláudia Cruz da. Por que se perde uma eleição? IN: BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (orgs.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo, Anablume, 1998.
- HEREDIA, Beatriz. Política, Família, Comunidade. IN: GOLDMAN, Marcio e PALMEIRA, Moacir (orgs.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- MARTINS. Jose de Sousa. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec,1994.
- MARTINS, José de Sousa. *O Sujeito Oculto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- MELUCCI, Alberto. *L'invenzione del presente*. Bolonha: Mulino, 1982.
- NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In. Santos, Boaventura de S. *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2002.
- PALMEIRA, Moacir. Voto: Racionalidade ou significado?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, 1992.
- _____. GOLDMAN, Marcio (org.) *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: 1995.

SCHERER- WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In.

SCHERER-WARREN; KRISCHKE. Paulo. *Uma revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SHERER-WARREN, Ilse. *Rede de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

TORRENS, José Carlos Sampaio. O processo de construção das linhas políticas do MST. IN: MEDEIROS, Leonilde et.al. (orgs). *Assentamentos rurais uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994.

TOURAINÉ, Alain. *Le retour de l'acteur. Essai de sociologie*. Fayard, 1984.

ZIMMERMANN, Neusa C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. IN: MEDEIROS, Leonilde. et.al. (Orgs.). *Assentamentos rurais uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994.